



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 42062 - CE (2021/0221596-2)

RELATOR : MINISTRO MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF-5ª REGIÃO)
RECLAMANTE : ERICA DE FIGUEIREDO DER HOVANNESSIAN
ADVOGADOS : JOSÉ RUBENS DE FIGUEIREDO CORREIA FONTES - CE019088
ROBSON HALLEY COSTA RODRIGUES - CE027422
FERNANDO BARBOSA DA SILVA JUNIOR - CE041156
HELLEN LUIZA PINHEIRO MARQUES DE SOUZA - CE041378B
GABRIEL DE OLIVEIRA MEIRELES - CE044109
RECLAMADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada por ERICA DE FIGUEIREDO DER HOVANNESSIAN contra ato do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no julgamento do Agravo de Instrumento n. 0804414-94.2021.4.05.0000.

Aduz que o Tribunal *a quo* deixou de observar o enunciado da Súmula n. 486/STJ, "ao se determinar a penhora de único imóvel que serve de moradia da executada e de sua família" (fl. 8).

Sustenta que "em havendo a alienação do bem penhorado, por ser o único bem da Reclamante o Estado estaria por retirar o domicílio e residência desta" (fl. 14).

Requer o provimento da presente reclamação para "determinar a imediata impenhorabilidade do único bem de família, da reclamante, dando efeito suspensivo à decisão do Digno Desembargador Relator, suspendendo, por conseguinte, o leilão do imóvel" (fl. 15).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A reclamação prevista no art. 105, I, *f*, da Constituição Federal é garantia constitucional destinada à preservação da competência do Superior Tribunal de Justiça ou para garantir a autoridade de suas decisões em caso de descumprimento ou de cumprimento em desacordo com os limites do julgado aqui proferido.

Contudo, o pleito não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento de reclamação, uma vez que inexistente decisão desta Corte proferida no caso concreto e sendo descumprida.

Importa asseverar que, conforme jurisprudência do STJ, não é possível a interposição de reclamação como sucedâneo recursal para dirimir divergência jurisprudencial:

A reclamação constitucional não é a via adequada para preservar a jurisprudência do STJ, mesmo que firmada em recurso repetitivo, mas sim a autoridade de suas decisões tomadas no próprio caso concreto. (AgRg na Rcl n. 25.299/SP, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe de 4/12/2015.) A reclamação constitucional não é instrumento útil para adequar os julgados do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, mesmo que proferidos em sede de recurso repetitivo. Tal procedimento se destina a fazer cumprir decisão proferida em caso concreto que envolva as partes postas no litígio do qual oriundo a reclamação. (AgRg na Rcl n. 22.505/SP, Segunda Seção, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 15/4/2015).

Assim, inexistindo acórdão do Superior Tribunal de Justiça no caso concreto envolvendo as mesmas partes ora em litígio, não há falar em admissibilidade da reclamação em análise, por ausência de pressuposto formal da ação.

Ante o exposto, indefiro liminarmente a reclamação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente